

Congresso se afirma como poder

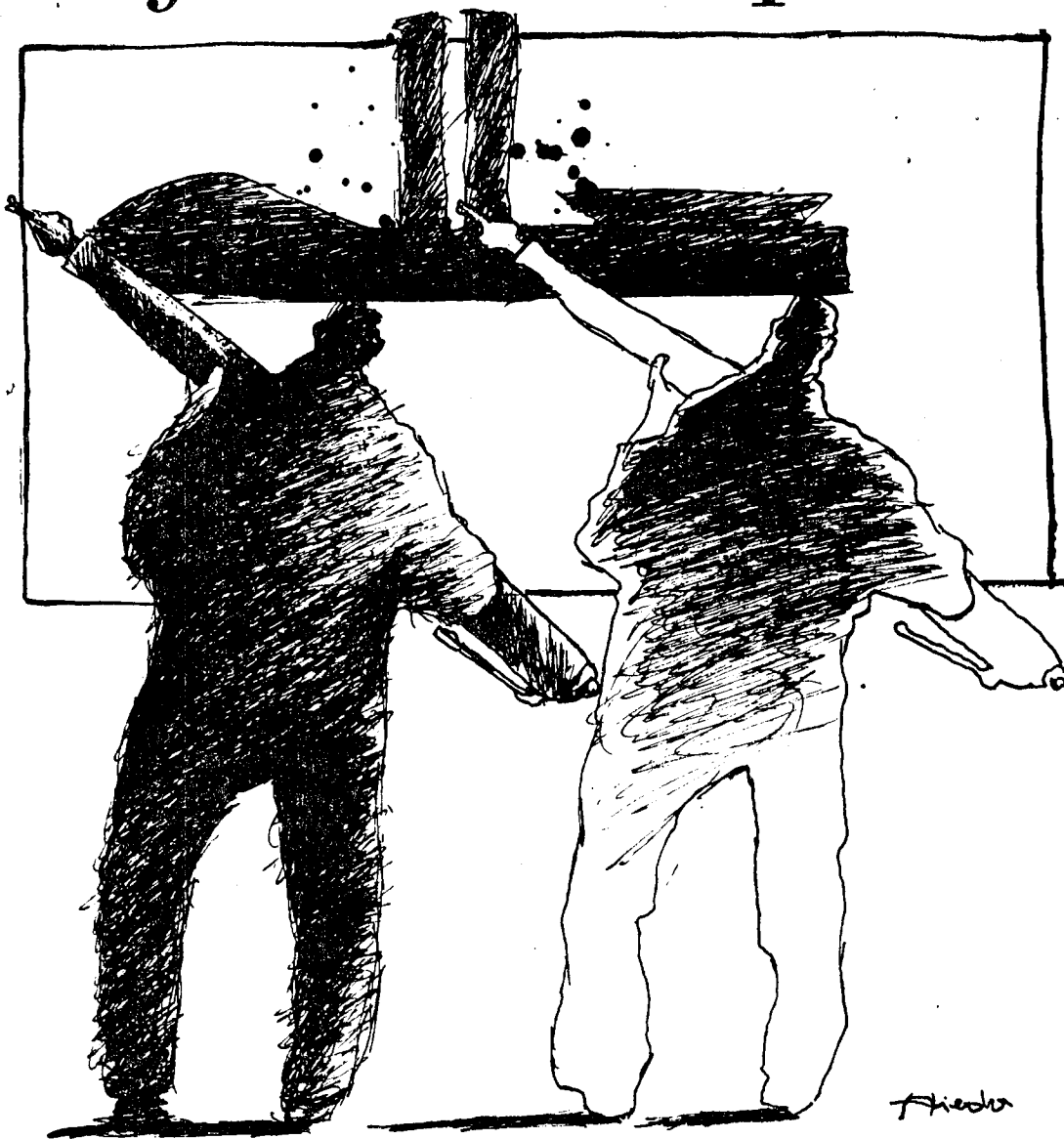
Dora Kramer

BRASÍLIA — De gabinete em gabinete, de liderança em liderança, o governador Joaquim Francisco passou três meses, no ano passado, negociando com o Congresso Nacional autorização para financiamentos de mais de US\$ 200 milhões para Pernambuco. Há quatro anos, quando se elegeu prefeito de Recife, Joaquim Francisco precisava trilhar um caminho de mão única: o gabinete do ministro da Fazenda. “Hoje eu tomo café da manhã pensando no Congresso e vou dormir pensando no Congresso”, resumiu o governador de Pernambuco na manhã da terça-feira passada, momentos antes de sair do Hotel Eron, em Brasília, para mais um dia de conversações políticas. “Com a nova Constituição, que fortaleceu o Congresso, ninguém mais faz 13 pontos sozinho.”

Como Joaquim Francisco, outros governadores, prefeitos, sindicalistas, empresários, estudantes, professores e os mais diversos grupos sociais ou profissionais já entenderam o tamanho do poder do Congresso e atuam diretamente sobre os 503 deputados e 81 senadores — que amanhã retomam suas atividades — para defender seus interesses. E é no corredor em que funcionam as comissões permanentes e as CPIs que são debatidos com intensidade temas como inflação, reserva de mercado, demarcação de terras indígenas, violência no campo, extermínio de crianças, salários, internacionalização da Amazônia, para citar apenas alguns.

Só o fato de não estar mais sob a ditadura do decreto-lei, que dava, em última instância, um poder hegemônico ao Executivo, que acabava legislando, já deu grande independência ao Legislativo. Enquanto na época do decreto tudo se transformava em lei se os deputados não votassem em determinado prazo, com a medida provisória acontece o contrário: a proposta é que perde a validade se não for examinada. Outra fonte de grande poder é o orçamento da União. Antes, os parlamentares apenas referendavam a proposta do Executivo. Hoje, podem emendá-la. É nesse momento que deputados e senadores procuram atender as bases, reservando verbas para seus estados e municípios, e se fortalecem. “Ricardo Fiúza não é forte porque era líder do PFL, mas porque foi relator do orçamento”, ensina Luiz Eduardo Magalhães, o novo líder do bloco governista.

Didi e 007 — Rara é a semana em que um ministro de Estado, um secretário de ministério ou da Presidência da República, um presidente de estatal, um líder sindical, não está depondo em alguma comissão. O ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, já con-



tabilizou: desde que assumiu o lugar de Zélia Cardoso de Mello, em maio, esteve no Congresso uma vez a cada 45 dias. A própria Zélia, que tinha um relacionamento difícil com o Legislativo, foi lá duas vezes. Aleni Guerra, cinco vezes. Jarbas Passarinho, quatro, Antônio Cabrera, cinco.

Os ministros da Marinha e da Aeronáutica estiveram no Congresso duas vezes. O do Exército, uma vez. Os atores Renato Aragão e Roger Moore, o Didi dos Trapalhões e o agente 007 do cinema, também foram lá, falar na comissão que debate o problema do extermínio de crianças. Em 91, ao todo 559 pessoas prestaram depoimento a deputados na Câmara. Tirando o período de recesso e considerando apenas os três dias da semana de maior movimento no Legislativo, terças, quartas e quintas-feiras, foram mais de quatro depoimentos por dia.

O ministro da Economia considera crucial este primeiro semestre do ano e não esconde que o governo precisa, e muito, do Congresso. O futuro ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen,

acha que o governo tem de consolidar, “e rápido”, sua base parlamentar para poder trabalhar. Um exemplo do tipo de interesses com que o Congresso mexerá neste ano é a reforma estrutural da Previdência Social, que saiu do âmbito do Executivo, onde estava sendo discutida antes do escândalo das fraudes nas aposentadorias, e hoje está nas mãos de uma comissão do Legislativo.

Caberá também ao Congresso reformar o sistema financeiro, discutir e votar como serão cobrados os impostos daqui para a frente (existe até a proposta de acabar com todos os tributos e criar o imposto único). Ao Parlamento caberá também dizer se os muito ricos pagarão ou não impostos sobre suas fortunas, se o trabalhador terá participação nos lucros das empresas, quais serão as novas regras da Educação no país e se alguém, para usar uma invenção de outra pessoa, tem de pagar ou não direitos. Além disso, deputados e senadores decidirão sobre a reforma dos portos, que implica basicamente a privatização dos portos brasileiros e no fim do monopólio dos sindicatos de portuários (300 mil trabalhadores) para contratação de mão-de-obra.